



Paim saúda disposição de negociar reforma

Página 8

Renan propõe critérios para políticas regionais

Página 7

José Jorge pede mais atenção ao Rio São Francisco

Página 6



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.724 - Brasília, terça-feira, 24 de junho de 2003

PENHORA

Avalista pode ter imóvel protegido

CAE analisa hoje projeto que protege de penhora imóvel de avalista, em caso de inadimplência do locatário.

Página 4

TV DIGITAL

Comissão de Educação promove debate

A implantação da televisão digital no Brasil será discutida hoje por especialistas, em audiência pública.

Página 3

BANESTADO

CPI elege presidente e relator

A CPI do Congresso que vai investigar o caso Banestado deve escolher amanhã seus dirigentes e o relator dos trabalhos.

Página 3

Plenário deve votar três MPs para liberar pauta

■ Projetos de conversão de medidas provisórias que estão obstruindo a ordem do dia podem ser examinados hoje. Um deles é o que fixa o valor do salário mínimo, já aprovado, mas dependendo da apreciação de emendas



SALÁRIO. Plenário do Senado pode concluir hoje, com o exame das emendas, a votação sobre o valor do mínimo

O projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que fixa o salário mínimo em R\$ 240 é o primeiro item da pauta do Senado para hoje. O texto já foi votado, faltando o exame das emendas

que propõem aumento para R\$ 252 ou R\$ 260. A matéria está obstruindo a ordem do dia, assim como outros dois projetos de conversão – relativos à medida provisória que trata do Fundo Garantia-Safra e à que estabele-

ce normas para propaganda de cigarros. Caso os três projetos sejam votados, o Plenário estará liberado para analisar medida provisória que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes.

Página 3

SEGURANÇA

Crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico estarão em debate hoje na Subcomissão de Segurança Pública

Página 3

Pavan diz que Planalto não deseja diálogo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu a inserção, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "O diálogo conveniente", da colunista Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*, publicado em 17 de junho. De acordo com Pavan, o artigo destaca como "a tão divulgada disposição do Planalto ao diálogo" não se concretiza na realidade.

Conforme Dora Kramer, atitudes adotadas pelo atual governo têm gerado enorme dificuldade para estabelecer um canal de comunicação entre o Executivo e a sociedade civil. Segundo ela, a única possibilidade de diálogo garantida até agora é "a do governo reclamar da desobediência de deputados e senadores".

Paim elogia adoção do mínimo ideal

O senador Paulo Paim (PT-RS) considerou "histórica" e pediu que fosse transcrita nos Anais do Senado a decisão do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais do Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef), que aplicou ao próprio corpo de funcionários o salário mínimo calculado como ideal pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, de R\$ 1.399,10.

— Trata-se de uma atitude corajosa desse sindicato, que abandona sua posição meramente crítica ou de reivindicação e passa a pôr em prática o que sempre defendeu. O Sintrasef entende que não basta ficar reivindicando apenas do governo ou dos patrões, mas também dar exemplo.



Agenda

Plenário inicia atividades às 14h30

Os senadores devem concluir hoje, a partir das 14h30, a votação da medida provisória (MP) que fixa o salário mínimo em R\$ 240. Estão pendentes emendas apresentadas pelo PFL e pelo PSDB, aumentando o salário mínimo para R\$ 260 e R\$ 252, respectivamente. Também podem ser votadas mais duas MPs: a que prevê benefícios aos agricultores atingidos pela estiagem e a que restringe a propaganda de cigarros, bebidas e medicamentos.

CAE e CMO têm reuniões marcadas para hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, às 10h, para discutir diversos projetos, incluindo o que protege de penhora o imóvel de avalista nos casos em que houver dívida do locatário afiançado. A partir das 14h30, a Comissão

Mista de Orçamento (CMO) discute relatório favorável à abertura de crédito suplementar para diversos órgãos do Judiciário e do Legislativo, bem como relatórios encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Audiência pública discute às 10h a TV digital

Em conjunto com a Comissão de Educação (CE), a Subcomissão de Cinema do Senado promove, às 10h, audiência pública para discutir a implantação da TV digital no

Brasil. O debate terá a presença de Paulo Saab, da Associação Nacional de Produtos Eletroeletrônicos; Jorge Cunha Lima, da Fundação Padre Anchieta; Antônio João Filho, da Associação

Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); Marcos Loureiro, do Ministério das Comunicações; e Nelson Hoinneff, editor-executivo do *Jornal do Brasil*.

Servidores comemoram São João

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) promove a primeira festa junina do Senado, na Ala Ruy Carneiro, a partir das 17h. A Festa de São João terá comidas típicas e forró com sanfoneiros nordestinos, incluindo o tradicional casamento matuto.



Infância e segurança são temas de debates no Senado

A partir das 18h30, a Subcomissão de Segurança Pública discute crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico, com a participação de cinco promotores estaduais e do procurador de Justiça de

Minas Gerais André Estevão Pereira. Após a ordem do dia, a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude se reúne para discutir a agenda dos próximos encontros.

Sarney com ministros

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o empresário Jorge Gerdau, presidente do Grupo Gerdau, e o deputado federal Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); às 12h, será recebida a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, e, às 15h, o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, acompanhado de ministros do Mercosul.

Incentivo ao emprego

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebe, às 11h, em nome do presidente José Sarney, o senador Luis Fraga, presidente da Comissão de Assuntos Ibero-Americanos do Senado espanhol. Às 11h30, tem audiência com Maria Nazareth Farani Azevedo, assessora do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para tratar de bolsas oferecidas pelo Instituto Rio Branco aos afro-descendentes.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Waldemar Rodrigues

PREOCUPAÇÃO. Lúcia Vânia vê "brechas" para que ministério usurpe as funções da Anatel

Lúcia Vânia teme mudanças na telefonia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a transferência, para o Ministério das Comunicações, de atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) definidas na chamada Lei Geral de Comunicações. Segundo ela, a medida, estabelecida por decreto presidencial, "cria brechas para que o ministério venha a usurpar essas funções".

Um dos problemas decorrentes da transferência, de acordo com a parlamentar, estaria na competência para a fixação de tarifas, que passaria aos cuidados do ministério. Lúcia Vânia afirmou que a redação do decreto deixa a definição dos critérios de reajuste tarifário para data imprecisa, estabelecendo apenas o prazo final de dezembro de 2004.

— Isso quando se sabe que, até o próximo dia 30 de junho, as empresas operadoras de serviço fixo deverão manifestar seu interesse em renovar, ou não, os contratos de concessão. Ora, que empresa entraria num jogo que pode ter suas regras mudadas, unilateralmente, a qualquer momento? — indagou a senadora.

Lúcia Vânia disse que o governo, receoso com a quantidade de ações judiciais e consequente desarticulação do setor que poderiam ser causadas pelo decreto, promoveu um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes das empresas de telefonia fixa para discutir os "rumos" das telecomunicações no Brasil.

A senadora por Goiás afirmou esperar que o setor permaneça vinculado à Lei Geral das Comunicações, para que "se evite um colapso" nas telecomunicações brasileiras.

CONTAS CC-5

CPI do Banestado escolhe o presidente e o relator

O presidente e o vice-presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai investigar a remessa ilegal de dólares por meio de contas CC-5 na agência Banestado de Nova York serão escolhidos amanhã, em reunião no Senado, após a ordem do dia. Na mesma reunião, também será indicado o relator da comissão.

A CPI mista foi instalada na última quarta-feira, em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). De acordo com o requerimento que a criou, encabeçado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), sua finalidade será apurar as responsabilida-

des sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais. A Polícia Federal apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, entre 1996 e 2002.

Segundo o líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), havia um entendimento entre as lideranças para que a presidência da CPI fosse destinada a um senador do PSDB; a relatoria, a um deputado do PT; e a vice-presidência, a um deputado do PFL. No entanto, ao final da reunião de instalação da comissão, Tuma informou que o acordo estava sendo rediscutido.



APURAÇÃO. Criada por requerimento da senadora Ideli Salvatti, a CPI do Congresso realizou na semana passada sua primeira reunião

Thomaz Bastos fala à CFC sobre as investigações

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comparece amanhã, às 11h, a audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado para falar sobre as investigações que estão sendo feitas em relação a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das chamadas contas CC-5. A realização da audiência foi confirmada pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A senadora Ideli Salvatti foi a autora do requerimento, apro-

vado por unanimidade na semana passada na CFC, para realização da audiência, que também deverá contar com a presença do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Barreto, e do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda.

De acordo com denúncias, a evasão de divisas com a utilização de contas CC-5 pode ter atingido a cifra de US\$ 30 bilhões, principalmente por meio da agência do Banestado em Nova York.

Senado vota MPs para desobstruir ordem do dia

■ Emendas do PSDB e do PFL aumentam valor do salário mínimo para R\$ 252 e R\$ 260, respectivamente

O Plenário deve concluir hoje a votação do projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 116, que fixou em R\$ 240 o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril último. Para isso, os senadores terão de votar as emendas apresentadas pelo PFL e pelo PSDB que pretendem aumentar o salário para R\$ 260 e R\$ 252, respectivamente. Terminada a votação dessa matéria, que vem bloqueando a pauta, os senadores poderão deliberar sobre outros dois projetos de lei de conversão de medidas provisórias que também estão obstruindo a ordem do dia.

Uma das MPs altera dispositivos da lei que trata do Fundo Garantia-Safra e do Benefício Garantia-Safra, destinados a assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a situação de emergência ou esta-



BLOQUEIO. Os senadores também poderão examinar hoje a MP da agricultura familiar e a que trata da propaganda de cigarro

do de calamidade pública devido à seca. Pela medida provisória, terão direito ao benefício os produtores rurais dos municípios situados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a perder, em razão da estiagem, pelo menos 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão.

A outra medida provisória que aguarda votação permite, até 30 de setembro de 2005, o patrocínio e a veiculação de propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista, palco ou local similar no caso de

eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. Com essa MP, pôde ser veiculada propaganda de cigarros no Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 realizado no último dia 6 de abril, em São Paulo.

Se a pauta for liberada, poderá ser votada também a MP que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, no valor aproximado de R\$ 89,1 milhões, para viabilização da transferência, ao estado de Mato Grosso do Sul, do domínio de parte da malha rodoviária federal.

TV digital no Brasil é debatida em audiência

A Comissão de Educação (CE) realizará hoje audiência pública em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, para debater a implantação da televisão digital no Brasil. A reunião está marcada para começar às 10 horas e foi solicitada pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Cinco convidados, entre representantes do governo, da sociedade organizada e de em-

presários dos meios de comunicação social, estão com suas presenças confirmadas. São eles: Paulo Saab, diretor-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos; Jorge da Cunha Lima, diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec); Antônio João Filho, diretor de tecnologia da Associação Brasileira de Televisão por Assina-

tura (ABTA); Marcos Dantas Loureiro, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações; e Nelson Hoinneff, editor-executivo do *Jornal do Brasil*.

Preside a Comissão de Educação o senador Osmar Dias (PDT-PR). A Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, que funciona no âmbito da própria Comissão de Educação, é presidida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Segurança Pública discute crime organizado e lavagem de dinheiro

Crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico são os temas que estarão em discussão na audiência que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública promove hoje, a partir das 18h30. O debate contará com a participação de cinco promotores estaduais e do procurador de Justiça de Minas

Gerais André Estevão Ubaldino Pereira.

Deverão comparecer à audiência pública, proposta pelo senador Magno Malta (PL-ES), os promotores de Justiça Fábio Vello Corrêa e Gustavo Martins da Cunha, que atuam no estado do Espírito Santo, e os promotores Rogério Felipeto de

Oliveira, Cláudia Canto Condack e Márcia Teixeira Velasco, do Rio de Janeiro.

Na semana passada, a subcomissão acolheu projeto de lei que torna crimes inafiançáveis o porte ilegal e o tráfico de armas e impede a concessão do benefício da liberdade provisória no caso de prisão em fla-

grante.

A criação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, foi proposta pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).



Célio Azevedo



Roosevelt Pinheiro

PREJUÍZO. Escoamento da produção de Mato Grosso está sendo prejudicado, disse Serys

Serys cobra o uso da Cide em rodovias

A falta de investimentos na recuperação de estradas em Mato Grosso motivou novos protestos da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Detentora de expressiva produção agropecuária, o estado estaria impossibilitado de ampliar a exploração do seu potencial econômico pela precariedade do sistema rodoviário, disse ela.

Se houvesse o escoamento da produção mato-grossense para o Pará, via Santarém, por exemplo, a economia com o frete seria de quase R\$ 5 por saca, conforme a parlamentar. Serys reivindica a aplicação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na conservação das estradas, não só em Mato Grosso, mas em todo o país.

– Só em 2002, cerca de R\$ 7 bilhões foram arrecadados com a Cide – informou, acrescentando que 75% dos recursos deixaram de ser investidos nas rodovias devido a veto do governo anterior. Serys apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que elabore medida provisória que viabilize a aplicação dessas verbas nas estradas até que o Congresso discuta o veto e a regulamentação da aplicação da Cide.

Serys também indicou a Fernonorte como uma saída para ampliar o escoamento da produção de Mato Grosso.

Projeto em exame na CAE livra avalista da penhora

■ A proposta já recebeu o voto favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Os avalistas poderão ter o seu imóvel protegido legalmente de penhora nos casos em que houver dívida do locatário afluído. O parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável à proposta será examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator seguiu posição semelhante à adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que recomendou a aprovação do projeto de lei apresentado pelo ex-senador Carlos Patrocínio por entender que ele é mais abrangente que a proposição encaminhada pelo ex-senador Lauro Campos. As duas propostas tramitam em conjunto.

Na justificativa do projeto,



José Cruz

FAVORÁVEL. Garibaldi Alves Filho, relator, defende aprovação do projeto pela comissão

Patrocínio chama a atenção para o fato de que são poucas as pessoas que conhecem o risco que correm de ter o seu único imóvel, considerado bem de família, sujeito à penhora ao se tornarem avalistas. Isso porque nos contratos de locação está prevista a renúncia da segurança legal que protege o bem de

família das execuções nos processos de cobrança.

A pauta da CAE inclui também outros sete itens. Como a pauta do Plenário está obstruída até que sejam votadas medidas provisórias (MPs), nenhum dos projetos em pauta na comissão é terminativo. Um deles, com parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR), garante aos estados e ao Distrito Federal a atualização monetária das dívidas com a União, que foram refinanciadas, pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

A utilização desse indexador só estava prevista nos contratos na hipótese de variação positiva do índice. Proposta do ex-senador Adir Gentil prevê que os devedores se beneficiarão do comportamento negativo do IGP-DI, "estabelecendo que a União poderá utilizar tal valor para compensar débito vencido desses entes", ressalta o relatório de Romero Jucá.



Roosevelt Pinheiro

PESSIMISMO. Ney Suassuna alertou para a falta de esperança entre a juventude

Suassuna quer mais atenção para o jovem

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu que a juventude brasileira não tem esperança no futuro e que o país "não tem vergonha, determinação e nem organização", perdendo-se na cultura do "deixa para depois", sem pensar e projetar o futuro. "Passem, colegas, 24% dos brasileiros de 18 a 25 anos de idade não acreditam que consigam melhorar de vida, o que é de tirar o sono até do maior dos otimistas."

De acordo com Suassuna, quem não acredita no futuro fica paralisado no presente, o que compromete o país. O senador defendeu uma política articulada para a juventude, que envolva as esferas federal, estadual e municipal, com a parceria de empresas, sindicatos e entidades não-governamentais, englobando programas de educação, cultura, saúde, lazer, renda e qualificação profissional, explicou.

O senador citou estatísticas que mostram crescimento acelerado das mortes violentas na faixa etária entre 15 e 24 anos.

– Nas capitais, a média de assassinatos nessa idade está em torno de 43%. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, essa estatística sobe para 50%, ou seja, metade das mortes de jovens é provocada por assassinatos – alertou o senador.

Parecer à LDO começa a ser discutido hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar hoje a discussão do parecer ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004. O relator, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), não acolheu nenhuma das emendas propondo a inclusão de metas e prioridades na LDO. Neste ano o governo deixou para encaminhar o anexo contendo as metas e prioridades de aplicação orçamentária juntamente com o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007, que deve ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

No total foram apresentadas 2.022 emendas à proposta da LDO elaborada pelo governo. Boa parte delas refere-se à fis-

calização e aplicação de recursos por agências financeiras oficiais de fomento, cujos ativos alcançam cerca de 40% do total do sistema financeiro nacional, conforme o relatório. O substitutivo ampliou, por exemplo, em 50% a fatia de recursos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinará às médias, pequenas e microempresas.

O relator procurou aperfeiçoar as informações que o Poder Executivo remete ao Congresso, aumentando as exigências. Uma das mudanças prevê o envio de relatórios a cada quatro meses pelos órgãos setoriais para mostrar se estão executando os seus orçamentos de

acordo com os objetivos e metas delineados no Plano Plurianual.

Outra inovação é o aprimoramento dos controles sobre as transferências de recursos públicos a entidades privadas. O reator Paulo Bernardo determinou, no parecer, que o Executivo formule proposta de lei para disciplinar essas contribuições. Também propôs que o governo encaminhe projeto de lei regulamentando as transferências voluntárias de recursos da União a estados, Distrito Federal e municípios. A Comissão Mista de Orçamento deve examinar ainda outros oito itens, entre eles dois projetos de lei de abertura de crédito no Orçamento deste ano.



Célio Azeneido

RISCO. Para Arthur Virgílio, situação pode criar desgastes e "custar caro ao país"

Arthur Virgílio adverte para "superpoderes" de José Dirceu

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), registrou editorial da *Folha de S. Paulo* que adverte para o risco do excessivo poder atribuído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que pode nomear funcionários de ministérios sem consultar os respectivos mi-

nistros.

– A *Folha* acerta quando diz que os superpoderes de Dirceu podem custar caro ao país, afirmando que o risco de que atritos convirjam para a Casa Civil e criem desgastes não é desprezível. Concorro com o jornal quando diz que esse deve ser o preço a pagar por um início de administração que parece conter muita

inoperância, divergências e contradições – argumentou.

Virgílio destacou que, se amanhã ou depois um ministro pretender exonerar um funcionário, a medida somente poderia ocorrer se houver autorização de José Dirceu. Para o senador, trata-se de muito poder para um funcionário, por mais qualificada que seja a função de chefe

da Casa Civil da Presidência.

Arthur Virgílio também citou artigo do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista *Veja*, comparando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi. O jornalista afirma que os italianos estão se desentendendo com Berlusconi e profetiza que "Lula ainda chegará lá".



Célio Azeredo

BENEFÍCIO. Arns quer a isenção na compra de automóveis por entidades beneficentes

Projeto de Arns amplia casos de isenção do IPI

Projeto de lei apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) concede às entidades beneficentes de assistência social a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóvel. O benefício será concedido desde que o veículo seja usado no transporte escolar de pessoas portadoras de deficiência. A atual legislação só garante essa isenção se o próprio deficiente adquirir o automóvel.

Só terão direito ao benefício as entidades que não façam distribuição de qualquer lucro ou renda. Flávio Arns pondera que a isenção atende ao artigo da Constituição federal que manda o Estado promover a integração à vida comunitária das pessoas portadoras de deficiência.

Constituição

A medida, conforme o senador, atende ainda à determinação constitucional de que a educação é um direito de todas as pessoas. No caso, o automóvel será usado pela entidade como transporte escolar. O projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramitará em decisão terminativa, ou seja, se aprovado poderá ser enviado diretamente ao exame dos deputados sem passar por votação no Plenário do Senado.

A proposta acrescenta artigo à Lei nº 8.989, de 1995, que trata da isenção do IPI na compra de automóveis por taxistas e por deficientes físicos que não possam dirigir automóveis comuns – neste caso, o veículo recebe adaptações, que aumentam seu preço. Já o projeto do senador Flávio Arns autoriza a compra de veículo comum, que será dirigido por motorista da entidade de assistência social.

Jucá elogia a decisão que congela preço de remédio

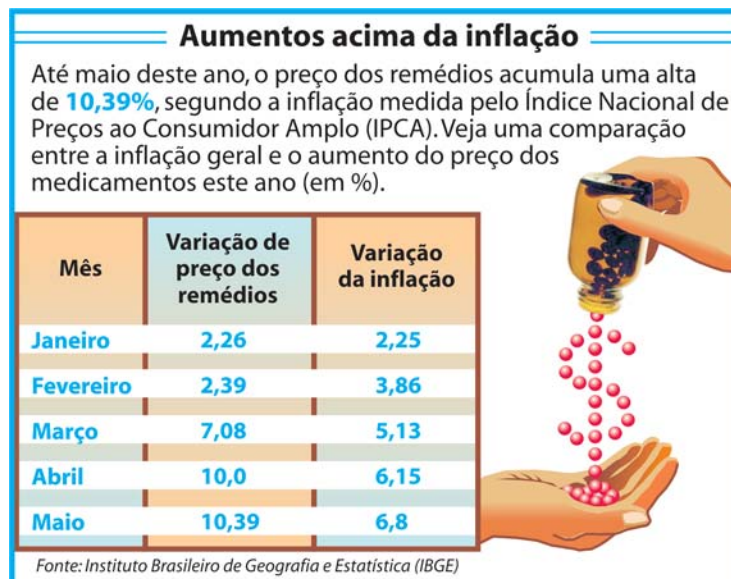
Medida beneficia especialmente os consumidores de medicamentos de uso contínuo, diz senador

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a decisão do governo federal de manter, por mais um ano, o congelamento do preço de cerca de mil medicamentos. O acordo expira no final deste mês. A decisão afeta de 6 mil a 7 mil apresentações, como comprimidos, injeções e cremes. Conforme Jucá, deve ser beneficiado expressivo número de pessoas que dependem de medicamentos de uso contínuo, inclusive os genéricos, empregados no tratamento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão arterial e disfunções renais.

A decisão, disse o senador, foi tomada pela Câmara de Medicamentos, integrada pelos Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Saúde. A medida provisória prorrogando o congelamento dos remédios por mais 12 meses deve ser assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda esta semana, informou.

Incra

Jucá também fez apelo ao governo federal para que procure o caminho do entendimento na busca de solução para os assen-



tamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ao sul de Roraima. Segundo ele, o quadro é tenso e poderá provocar a expulsão de cerca de mil agricultores assentados.

O senador afirmou que a situação preocupa porque "há um clima de pré-conflito muito forte". Ele, no entanto, mostrou-se confiante quanto à possibilidade de uma saída negociada para o problema. Jucá lembrou a realização, no último fim de semana, de encontro na Assembléia Legislativa de Roraima em que técnicos do Incra e membros do governo estadual que regem o Fundo do Estado de Roraima se reuniram com o objetivo de buscar solu-



Jone de Araújo

MAIS TEMPO. Romero Jucá informou que o acordo deve vigorar por mais um ano

ção para o problema.

Jucá acrescentou que o governador Flamarion Portela (PSL) virá a Brasília ainda esta semana para tratar do assunto.

Iris quer mais prevenção contra o câncer

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu mais investimentos governamentais na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. Com base em dados oficiais, ela informou que a doença é responsável pela morte de uma brasileira a cada hora e acomete mais de 36 mil mulheres por ano.

Iris explicou que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o número de casos registrados em todo o mundo só tem crescido, saltando de 500 mil casos em 1975 para 900 mil em 2001. Ela acrescentou que não há correlação entre o nível de desenvolvimento econômico de um país e as taxas de incidência da doença. A diferença, assinalou, é que nos países mais desenvolvidos 80%



Roosevelt Pinheiro

ALERTA. Conforme Iris de Araújo, o câncer de mama mata uma brasileira a cada hora

dos casos são diagnosticados no estágio inicial, quando as chances de cura chegam a 90%.

– É exatamente essa constatação que nos leva ao ponto crucial do problema. Porque, se o câncer de mama afeta indis-

tintamente países ricos e pobres, é na prevenção da doença que se deve atuar de maneira mais incisiva.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse que, se as mulheres fizessem o auto-exame com mais frequência, o câncer de mama poderia ser detectado no estágio inicial. O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o atual governo optou por adotar o modelo cubano de médicos de família em detrimento do Sistema Único de Saúde (SUS), pagando maiores salários, o que tem levado médicos especialistas a abandonar os hospitais e migrar para o programa Médico de Família. Mão Santa ressaltou que é preciso valorizar quem faz a medicina avançada pagando salários dignos.

Crimes contra viciados podem ter pena menor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar, em decisão terminativa, projeto do senador Duciomar Costa (PTB-PA) que altera o Código Penal para atenuar a pena de quem comete crime contra ascendente ou descendente usuário de drogas. A matéria está sendo relatada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO).

A mudança, referente ao artigo 121 do Código Penal, possibilita ao juiz reduzir a pena de um sexto a um terço. A concessão do benefício só seria possível no caso de o ascendente ou descendente do criminoso possuir histórico comprovado de usuário contumaz de substância entorpecente.

Na justificativa, Duciomar lembra recentes episódios de famílias brasileiras atingidas pelas drogas. "Num só dia, ficamos sabendo que Paulo César Silva mata o filho viciado, Paulo Eduardo Olinto, de 28 anos; e outro pai, Paulo Loureiro, entrega à polícia o filho, Orlando, de 18 anos, porque estava roubando objetos de casa e extorquindo dinheiro da mãe para comprar drogas."

De acordo com o senador, os personagens mudam, mas as histórias de famílias destruídas pelas drogas se repetem. "Tudo começa com o filho dominado pelo vício, que rouba objetos de casa para pagar a droga, e acaba em violência", afirma. Ele argumenta que é difícil evitar a tragédia quando o viciado começa a agredir os próprios pais, parentes, namorada ou esposa.

Com base em estimativas do Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro, Duciomar Costa assinala que, em 2003, houve aumento de 15% nos registros de famílias vitimadas pela violência desencadeada pelos dependentes químicos.



José Cruz

TRAGÉDIA. Histórias de famílias destruídas pelas drogas se repetem, lembra Duciomar

Luiz Otávio defende implantação da Alca em 2005

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) felicitou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter concordado com a manutenção do calendário de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para ocorrer até o ano de 2005. Na avaliação feita ontem pelo parlamentar, essa é a única

forma que o Brasil tem de impulsionar sua economia, gerar empregos e aumentar a renda da população.

A entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu foi citada como exemplo por Luiz Otávio. Ele comparou que, antes de integrar o bloco europeu, Portugal era considerado um país atrasado e enfrentava graves problemas de infra-estrutu-

ra, sobretudo no sistema de transportes e hotelaria. O senador registrou que, hoje, Portugal equiparou-se aos demais integrantes do bloco em importância econômica.

Outro assunto abordado pelo senador foi a decisão do governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), de participar de consórcio, que envolve o governo federal e o estado do

Mato Grosso, para a pavimentação da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá. Luiz Otávio informou que, após a finalização da obra, será criado um novo corredor de exportação para a produção agrícola do país.

– Com a rodovia pavimentada, a distância marítima será encurtada em 3 mil milhas, reduzindo os custos com transporte – afirmou.

Célio Azevedo



ACORDO. Luiz Otávio também destacou consórcio para pavimentação da BR-163



Roosevelt Pinheiro

PAPEL INCOMPLETO. Para Mão Santa, ensino público superior tem função de distribuir renda

Mão Santa cobra democratização da universidade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a interiorização do ensino público universitário federal no país, como forma de atender as camadas sociais menos favorecidas. Ele também pediu maior envolvimento do governo na democratização das oportunidades de educação nas regiões mais carentes. Dessa forma, completou ele, a educação cumprirá sua função de redistribuição de renda, oferecendo aos mais pobres melhores condições de acesso ao trabalho e à renda.

– O diploma do ensino superior, em nosso país, mais do que um luxo, é uma necessidade social. A universidade vem cumprindo bem seu duplo papel educacional de gerador e foco de difusão de conhecimento. Mas o modelo educacional adotado tem dificultado que ela cumpra seu papel social: o de ser um importante elemento de distribuição de renda – afirmou Mão Santa.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou ter apresentado projeto de lei garantindo mais vagas ao ensino superior federal para classes menos favorecidas. Sua proposta reserva determinado número de vagas para as pessoas que comprovarem, mediante apresentação da declaração de Imposto de Renda da família, que são pobres.

José Jorge quer melhor uso do Rio São Francisco

Senador pede apoio ao comitê da bacia e à ANA para aumentar eficiência da gestão dos recursos hídricos

Ao alertar para a competição entre o setor elétrico e o agrícola no Rio São Francisco, o senador José Jorge (PFL-PE) pediu uma maior valorização da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Segundo ele, sem esse apoio as instituições não poderão dispor dos meios necessários para planejar o aproveitamento dos recursos hídricos, não apenas para os setores elétrico e agrícola, mas também para a navegação, piscicultura, lazer, turismo, abastecimento urbano e consumo animal.

O senador lembrou que o rio abriga 10 mil dos 13 mil megawatts de capacidade instalada em toda a Região Nordeste. Ao mesmo tempo, o vale do rio tem 333 mil hectares de área



Roosevelt Pinheiro

COMPETIÇÃO. Agricultura disputa com hidrelétricas o uso da água, alerta José Jorge

irrigada, sendo apenas 13 mil após a usina de Xingó. Ou seja, os 320 mil hectares restantes competem com as hidrelétricas pela utilização da água.

– O Nordeste, com essa forte dependência de um só rio, o São Francisco, apresenta indesejável risco hidrológico, o que exige, portanto, atenção redobrada quanto ao uso da água – alertou José Jorge.

Sibá destaca projeto de manejo florestal

O senador Sibá Machado (PT-AC) informou ao Plenário que o Banco da Amazônia (Basa) concedeu o primeiro financiamento a um projeto de manejo florestal, o que permitirá à empresa Juruá Florestal, do Pará, obter madeiras sem afetar o meio ambiente. Para ele, esse pode ser o começo de uma revolução na Amazônia, evitando que as florestas sejam derrubadas indiscriminadamente para exploração comercial.

– É difícil entender por que projetos de manejo florestal até agora não tenham sido financiados. No entanto, qualquer projeto para corte raso da floresta não enfrenta dificuldades



Roosevelt Pinheiro

EVOLUÇÃO. Basa aprova crédito para produção de madeira sem afetar ambiente, comemora Sibá

para ser financiado – disse.

O senador participou na semana passada, em Belém (PA), de encontros entre autorida-

des, pesquisadores e representantes de comunidades, quando foram discutidos caminhos para o desenvolvimento da Amazônia.

Em seminário, foi discutida produção de madeiras certificadas, ou seja, com garantia de que saíram de áreas com prioridade para preservação ambiental. Sibá informou que, dos 28 milhões de metros cúbicos de madeira produzida por ano no Brasil, apenas 2% são certificados. A procura por madeiras com essa procedência tem aumentado e o senador revelou que o maior fabricante de portas do país importa madeira da Bolívia, devido à certificação.

Ministro garante soberania da Amazônia

As Forças Armadas têm atuado para garantir a soberania da Amazônia, contando com 24 mil homens na região, disse o ministro da Defesa, José Viegas Filho, ao líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), durante audiência no gabinete do senador na última quarta-feira. De acordo com informações do senador, o ministro deixou claro que o contingente militar que está na Amazônia é orientado para preservar as riquezas minerais, hídricas, genéticas e florestais da região. Viegas relatou, segundo o senador, o trabalho de inteligência que as Forças Armadas vêm executando na fronteira do Brasil com o Peru, mais precisamente no Acre, para combater o tráfico de drogas e o contrabando de madeiras e outras matérias-primas.

O ministro destacou a importância do fortalecimento dos Batalhões de Engenharia e Construção (BECs), que estão contribuindo para a melhoria da infra-estrutura dos estados amazônicos, em especial na reconstrução e preservação das estradas da região. Participou também da audiência no gabinete do líder do PT a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).



Roosevelt Pinheiro

AUDIÊNCIA. Tião Viana relatou encontro com ministro da Defesa, José Viegas Filho

Projeto muda conceito de região para melhorar programas sociais

Proposta do senador Renan Calheiros pode tornar mais eficazes as ações governamentais em áreas carentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar nos próximos dias o projeto de lei complementar do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que regulamenta o artigo 192 da Constituição e fixa novos critérios para a definição de "região", tendo em vista a aplicação de recursos financeiros por meio de programas de caráter regional a cargo da União.

É a primeira proposta de regulamentação parcial do dispositivo constitucional, depois que o Congresso promulgou, no final de maio, emenda per-



Roosevelt Pinheiro

CLASSIFICAÇÃO. Renan propõe critério das Nações Unidas para a distribuição de verbas

mitindo que o artigo 192 seja regulamentado por diversas leis complementares.

Com o projeto de Renan, região passa a ser definida como o espaço no qual a atuação das políticas públicas tende a resolver um problema identificado

pelo planejador. Desta forma, poderá ter várias dimensões, a depender da necessidade social a ser enfrentada. Na prática, poderá ser até mesmo uma área específica dentro de uma cidade. A proposta muda, portanto, a noção tradicional de região consagrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em sua justificativa, o senador aponta, como uma das causas da pouca eficiência das políticas regionais de desenvolvimento, a falta de uma definição precisa do que se deve considerar uma região. "Uma região, sob a ótica político-administrativa do IBGE, é formada por várias outras sub-regiões, cujas características econômicas e sociais são completamente distintas", explica Renan. "As regiões do semi-árido nordestino e do Vale do São Francisco, por exemplo, apesar de estarem ambas na Região

Nordeste, refletem quadros bastante diferentes."

Pelo projeto, o critério para distribuição de maior ou menor verba será a classificação pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). A idéia é que as áreas com IDH mais baixo recebam mais recursos. O índice leva em conta os níveis de educação (taxas de alfabetização e de matrícula escolar), renda (renda *per capita*) e longevidade (expectativa de vida).

O projeto determina que os bancos regionais federais (como o Banco do Nordeste e o da Amazônia) serão os depositários dos recursos dos programas e introduz o conceito de "região sob risco social", aquela submetida a ocorrências como criminalidade, prostituição infantil e trabalho infantil.

Guerra registra fechamento de hotel de Alencar

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) registrou a publicação da nota "Crise fecha hotel do vice-presidente", na revista *Época* de 16 de junho, destacando-a por sua "extrema atualidade" e por "servir para



Waldemar Rodrigues

Sérgio Guerra leu nota publicada na revista *Época*

ressaltar a gravidade da crise econômica imposta pelo governo Lula". A nota foi divulgada na seção Portal, assinada pelo jornalista Expedito Filho.

O fechamento do Wembley Palace, em Belo Horizonte, do grupo empresarial de José Alencar, deixará 80 pessoas desempregadas, segundo a nota. "O grupo do vice-presidente faz o ajuste necessário para adaptar-se à política econômica do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles", diz a nota.

Serys defende proteção às testemunhas

O depoimento prestado à Polícia Federal pelo empresário Nilson Roberto Teixeira, acusado de envolvimento com o crime organizado em Mato Grosso, levou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a reivindicar ontem um programa profundo e sério de proteção à testemunha. "Só assim será possível desvendar os crimes por encomenda e de colarinho branco no país", explicou.

Nilson Teixeira, que aderiu ao programa de proteção à testemunha, administra *factorings* (empresas que compram notas promissórias e cheques e recebem os mesmos como garantia de empréstimos) do ex-policia civil João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, acusado de lavagem de dinheiro, contrabando de armas, exploração de jogo ilegal e do assassinato, em 2002, do jornalista Sávio Brandão, dono do jornal *Folha do Estado*.

De acordo com Serys, existe hoje em Mato Grosso um movimento envolvendo juízes, procuradores de Justiça e policiais voltado para o desmonte do crime organizado no estado.

Valadares quer combater a lavagem de dinheiro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que aprimora a legislação vigente contra o crime de lavagem de dinheiro. O objetivo é evitar a legalização de lucros obtidos com a contravenção (jogo do bicho, caça-níqueis, jogos de azar etc.), o terrorismo (seqüestros etc.), o tráfico de seres humanos, o lenocínio e o crime contra a ordem tributária. O projeto está nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

"O jogo do bicho, por exemplo, é amplamente usado para lavar dinheiro e não é previsto na lei como infração antecedente", explica o senador na justificativa da proposta. Desse modo, continua Valadares, "se um bicheiro institui proventos do jogo no sistema financeiro para ocultar ou dissimular a origem, não estará praticando crime nenhum".

O senador também explica que os crimes contra a ordem tributária não podem ser excluídos de uma legislação contra lavagem de dinheiro. "Só a sonegação na área da Previdência está em torno de 40%. Isso, em 2002, significou cerca de R\$ 28



Jone de Araújo

DEFESA. Para Valadares, crimes contra a ordem tributária devem ser incluídos na lei

bilhões", diz. Ele inclui ainda o lenocínio, que seria o terceiro crime mais lucrativo no mundo, depois do tráfico de drogas e o contrabando de armas.

O senador acrescenta também a redução da pena para o criminoso que colaborar nas investigações, a chamada "delação premiada". Neste caso, o criminoso que ajudar nas investigações terá redução de um a dois terços da pena, além do regime aberto. Pelo projeto, o promotor terá também que pedir, fundamentadamente, o bloqueio do dinheiro sujo. Se não o fizer, terá que justificar ao juiz, sob pena de ser substituído.

Borges pede mais rigor com armas ilegais

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu, em entrevista concedida ontem à Rádio Senado, a necessidade de tornar mais rigorosa a punição de quem for condenado pelo uso ilegal de armas. Relator de dois projetos sobre o assunto, aprovados semana passada na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, ele disse que o combate à violência passa pelo desarmamento urgente da sociedade.

– Os projetos atualizam a legislação e atendem a uma reivindicação da população, que é a diminuição da incidência de crimes em decorrência do porte de armas. Desarmando o criminoso, o violento, estaremos garantindo mais segurança ao cidadão – afirmou.

Os projetos aprovados modificam o Sistema Nacional de Armas (Sinarm). O primeiro deles, do então senador Carlos Patrocínio, nega liberdade provisória no caso de prisão em flagrante para aqueles que estejam utilizando armas ilegalmente. A ou-



Roosevelt Pinheiro

TENDÊNCIA. Borges acha difícil aprovar proibição total do porte e posse de armas

tra proposta, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), encaminha ao Exército as armas de fogo encontradas sem registro ou sem autorização.

César Borges também esclareceu que, apesar das mudanças, a legislação ainda permitirá a posse da arma, desde que registrada, pelo cidadão que escolher tê-la em casa. Ele considera inviável aprovar imediatamente medidas mais radicais, como a proposta pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que proíbe o porte e a posse de armas. Avalia, porém, que se as atuais propostas não forem suficientes para coibir os crimes cometidos com armas de fogo, será necessário recorrer a formas extremas de restrição.

PREVIDÊNCIA

Paim elogia ministros por sinalizar com negociação

■ Segundo ele, 90% dos parlamentares querem mudanças na reforma da Previdência, por pressões da sociedade

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), cumprimentou a equipe do governo Lula por sinalizar que aceita negociação na proposta de reforma da Previdência. O parlamentar assinalou que os ministros da Previdência, do Trabalho e da Casa Civil, assim como o relator da matéria na Câmara e o líder do governo no Senado começam a dar demonstrações de que a proposta terá que ser negociada.

– E vão ter que negociar mesmo. Da forma como o texto está, nem na China seria aprovado. Isso é bom para a democracia e é bom para a livre negociação de que a gente tanto fala. Se defendemos a livre negociação neste país, então vamos



Fotos: Roosevelt Pinheiro

APOIO. Paim diz que defender aperfeiçoamento no texto não é se colocar contra o governo Lula

negociar também a reforma da Previdência. Até porque a situação de não querer negociar está insustentável.

Paulo Paim, que assistiu, no último fim de semana, ao congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Goiânia, informou que, por unanimidade, prevaleceu o entendimen-

to de que, como está, a reforma não pode ser aprovada. Ele afirmou que as centrais sindicais têm a mesma visão, assim como as entidades de servidores públicos e de aposentados.

Pressão

Segundo Paim, 90% dos deputados e senadores também querem alterar a proposta, até por pressão da sociedade.

– Duvido que haja algum senador que não vá lê-la em profundidade e que vá aceitar essa proposta que veio do Palácio sem discuti-la – disse o senador, acrescentando que "compete ao Congresso ouvir a sociedade e construir uma proposta alternativa".

– Triste seria se a sociedade estivesse dormindo, imobilizada e dizendo que está tudo bem. Toda unanimidade é burra, e nós temos dever de aperfeiçoar a redação. E isso não significa ser contra o governo Lula; pelo contrário, é pensando no governo Lula que nós temos que fazer esse debate.

Lobão quer mais atenção para idosos

Ao comentar o envelhecimento da população brasileira e mundial, o senador Edison Lobão (PFL-MA) chamou a atenção dos parlamentares para "o dever de se assegurar aos mais velhos a qualidade de vida a que têm direito no declinar das suas existências".

O senador lamentou o achatamento do valor das aposentadorias pagas no Brasil, afirmando que, até há alguns anos, os trabalhadores urbanos recebiam proventos próximos aos salários de quando estavam na ativa. Mas hoje, observou, isso não mais ocorre.

– As avaliações estatísticas demonstram que a maioria dos idosos (64,9%) vive com até dois salários mínimos; 19,4% recebem de dois a cinco salários; e 11,2% têm renda acima de cinco mínimos – informou.

Lobão assinalou também que, durante a 2ª Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, promovida pela Organiza-

ção das Nações Unidas (ONU) em Madri (Espanha), em abril do ano passado, a busca pelo ideal do "envelhecimento saudável" foi substituída pelo modelo do "envelhecimento ativo".

Esse novo paradigma definido pela ONU constitui "o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a esperança de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice", salientou.

– É proporcionar ao idoso o direito e a oportunidade de manter-se no mercado de trabalho adequado aos seus anseios e às suas qualificações, no interesse das necessidades da própria sociedade – disse.

Lobão destacou que os idosos no mundo somam 646 milhões, número que aumenta em um milhão a cada ano. No Brasil, são 14,5 milhões. Em



NOVO TEMPO. Edison Lobão lembra que expectativa de vida no Brasil atinge os 70 anos

2020 o Brasil será o sexto país mais envelhecido do mundo.

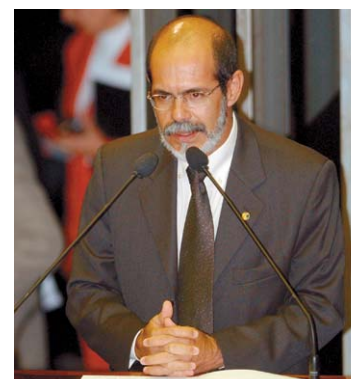
Com as novas conquistas da Medicina e da tecnologia, que possibilitam ao ser humano viver cada vez mais, a expectativa de vida cresce continuamente, ressaltou. No Brasil, em 1950, era de 45 anos, e hoje chega a 70 anos.

Mesquita Júnior: Congresso atua de costas para população

Os parlamentares, historicamente, legislam de costas para a população e, como resultado, o Brasil dispõe de grande quantidade de leis inúteis e ineficientes que, em vez de facilitar a vida dos cidadãos, dificultam. A opinião foi manifestada ontem pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que, com base em estudos de cientistas políticos e juristas, fez uma análise dos fatores que explicam a baixa credibilidade do Congresso Nacional, registrada em pesquisas de opinião.

– O mal há muito está identificado. Temos legislado de costas para a sociedade, tal como os que dirigem os destinos do país e como os tribunais que dirimem nossas querelas jurídicas – avaliou o senador.

"As leis se fabricam aqui com a mesma facilidade com que se fabrica manteiga ou sabão", afirmou, citando texto de 1916 de Farias Brito, que continua: "Tudo se reforma, tudo se modifica a todo momento, e cada governo que vem quer um sistema novo de leis".



INEFICIÊNCIA. Segundo Mesquita Júnior, muitas leis atrapalham a vida do cidadão

Prova disso, continuou o senador, é a Constituição de 1988, que, antes de completar 15 anos, já foi "vitimada por 45 emendas, um caso sem paralelo no mundo". Enquanto isso, observou, as leis que poderiam modernizar a Justiça "dormem" nas gavetas do Congresso.

– A crise não está neste ou naquele Poder. Nós todos somos a crise. Nós a promovemos, a toleramos, a alimentamos e nem sequer fazemos por onde atenuá-la – disse Mesquita Júnior.

Papaléo destaca ações do serviço 0800 do Senado

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou ontem a estrutura de comunicação do Senado, especialmente o serviço 0800, que recolhe informações importantes da sociedade e estreita a interação entre o Legislativo e a população. "Merece destaque o serviço 0800 – A Voz do Cidadão, que, operando 24 horas por dia, sete dias por semana, já recebeu, desde sua entrada em funcionamento, em 1997, mais de 100 mil manifestações, gerando 46 mil registros de mensagens aos senadores e também a setores administrativos", afirmou.

Papaléo explicou que esse tipo de serviço surgiu da constatação de que o Senado e os senadores não mais podiam ficar "apartados" da sociedade.

– A redemocratização do país, a Assembléia Constituinte e o próprio processo de conscientização popular, intensificado pelas novas tecnologias de comunicação, deram origem a um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado – assinalou.

Ele também destacou a criação dos veículos de comunicação do Senado e da *home page* na Internet, que levam ao cidadão o



INTERAÇÃO. Conforme Papaléo, serviço 0800 estreita contato com a sociedade

universo das atividades parlamentares, democratizando a informação. Ele lembrou de pesquisa feita pelo serviço 0800, intitulada "O Senado Federal e a Reforma da Previdência", que recebeu a participação de 2.832 cidadãos.

– A pesquisa mostrou que quase todos os entrevistados (97%) tinham conhecimento da iniciativa do presidente da República e que 87% concordavam com a necessidade da reforma – disse, acrescentando que essa iniciativa contribui "de forma significativa" para que os senadores conheçam melhor o pensamento da população.